



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

**Procedimento pré contratual por Concurso Público no âmbito da União  
Europeia**

**Aquisição de Serviços de Gestão e Manutenção para o Centro de  
Recolha Vasco Gil e Abrigo da Fundoa  
Ano 2025/2026**

**Ref. de procedimento n.º 0246/UBA/2025**

**Caderno de Encargos**



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Capítulo I

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1.ª**

###### **Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual para concurso público com publicidade internacional que tem por objeto a Aquisição de Serviços de Manutenção do Centro de Recolha do Vasco Gil e do Abrigo da Fundoa, de acordo com o presente caderno de encargos e anexos I, II, III, plantas e alçados.

2 - O objeto do contrato a celebrar está classificado com o Código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos **(CPV) 98380000-0 – Serviços de canis**, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002 (versão consolidada).

##### **Cláusula 2.ª**

###### **Contrato**

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo do contrato**

1 - O contrato mantém-se em vigor pelo **de 12 meses** cessando com o fim do prazo de execução, sem prejuízo das obrigações acessórias e respetivas garantias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- O presente contrato só poderá produzir efeitos a partir do dia 08 agosto de 2025.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

##### **Obrigações do prestador de serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

### **Clausula 4.ª**

#### **Obrigações do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ao tipo de animais alojados no CR-VG e no Abrigo da Fundoa, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços das obrigações constantes no Anexo Técnico I (Atividades a desenvolver), que decorrerão num espaço que é propriedade do



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Município do Funchal, cujas características se encontram integralmente definidas no Anexo Técnico II (População e Áreas Afetas ao Funcionamento do Centro de Recolha do Vasco Gil e Abrigo da Fundoa) e Anexo Técnico III (Peças Desenhadas das Instalações do Centro de Recolha do Vasco Gil e Abrigo da Fundoa).

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O adjudicatário fica igualmente a obrigado a cumprir as seguintes obrigações:

- a) comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o contrato, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
- b) Obrigação de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade;
- c) comunicar antecipadamente ao Contraente Público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer outra obrigação nos termos do contrato celebrado.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Forma de prestação do serviço**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter reuniões de coordenação, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

2 – As reuniões previstas no número anterior podem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

cada reunião.

3 — O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4 — No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

5 — Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

### **Secção II**

#### **Obrigações do Município**

##### **Clausula 6.ª**

##### **Preço Base e Preço contratual**

1 — O preço base é no valor de **€ 696.000,00** (seiscentos e noventa e seis mil euros), não podendo o concorrente apresentar uma proposta superior ao valor base sob pena de ser excluído.

2 — A fundamentação do preço base conforme artigo 47º, n.º 3 do CCP resultou de uma consulta preliminar ao mercado realizada nos termos do previsto no artigo 35º-A e 47º, n.º3 do CCP.

3- Pela presente prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

4- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### Cláusula 7.ª

#### Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, no final de cada mês.
- 2- O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.
- 3- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato.
- 4- Para efeitos do número um do presente artigo, a obrigação considera-se vencida com a prestação de serviços objeto do contrato a que se respeita a(s) fatura(s).
- 5- As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser dirigidas ao endereço de correio eletrónico: [facturas@funchal.pt](mailto:facturas@funchal.pt)** e com conhecimento do **Gestor do Contrato**.
- 6- As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.º do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.
- 7- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

### Capítulo III

#### Penalidades contratuais e resolução

### Cláusula 8.º



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos fixados na Cláusula 4.ª, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329º n.º 1 e 2 do CCP.

b) Pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 9.º**

#### **Força maior**

1 – Na fase de execução do contrato, não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Alterações ao contrato**

1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

## **Capítulo IV**

### **Resolução de litígios**



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### **Cláusula 13.º**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Capítulo V**

#### **Disposições finais**

### **Cláusula 14.º**

#### **Confidencialidade e proteção de dados**

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Gestor de contrato**

O gestor do contrato acima identificado é a Senhora **Dr.ª Rubina Andreia Silva Abreu**, Chefe de Unidade de Bem-Estar Animal do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal do Funchal **com o email: [rubina.abreu@funchal.pt](mailto:rubina.abreu@funchal.pt)**.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual dependem da autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 17.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Cumprimento do artigo 419-A CCP**

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos, por força do previsto no artigo 451º do referido Código.

### **Cláusula 20.ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação avulsa.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

## **Anexo Técnico I**

### **ATIVIDADES A DESENVOLVER**

#### **• ATIVIDADES CORRENTES**

- a) Assegurar o acolhimento e encaminhamento de todos os canídeos/felídeos provenientes do Município do Funchal, cujas entregas poderão ocorrer em qualquer dia da semana (2ª a domingo) a qualquer hora do dia (24h).
- b) Garantir a alimentação diária a todos os canídeos/felídeos do Canil e Abrigo, bem como a disponibilidade de água em todas as boxes e áreas onde os animais passeiam ou permanecem.
- c) Proceder à limpeza diária de todos os espaços onde os animais coabitam, garantindo-lhes bem-estar, conforto e segurança.
- d) Informar a responsável da Unidade do Bem-Estar Animal sobre qualquer avaria ou anomalia ocorrida no Canil.
- e) Facultar aos animais alojados no CR-VG a prática de exercício físico diário.
- f) Colaborar sempre que se efetue uma campanha de adoção para angariação de adotantes para os animais alojados no CR-VG, em locais e condições previamente aprovadas pela CMF.
- g) Promover e executar ações de sensibilização à população do concelho do Funchal no Canil/Abrigo ou em locais e condições previamente aprovadas pela CMF.
- h) Manter atualizada e dinamizada a rede social Facebook – Canil Municipal do Funchal, sendo um veículo promotor de todas as atividades promovidas e realizadas no Canil e uma fonte de motivação para a Adoção de Animais.
- i) Garantir o funcionamento adequado e manter o bom estado dos equipamentos





## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

e materiais existentes no CR-VG e Abrigo da Fundoa, bem como efetuar a limpeza das áreas comuns.

j) Enviar, até o 10.º (décimo) dia de cada mês, um relatório relativo ao mês anterior, com a seguinte informação:

- i. Número total de animais alojados no CRO-VG e no Abrigo da Fundoa no 1º (primeiro) dia do mês.
- ii. Número de animais que deram entrada nos 2 alojamentos (data entrada, espécie, estado geral, idade aproximada, sexo, local de recolha e responsável pela recolha).
- iii. Número de animais adotados (espécie, idade, sexo).
- iv. Número de animais devolvidos
- v. Número de animais eutanasiados (espécie, sexo, idade, causa).
- vi. Número de óbitos por morte natural.
- vii. Número de animais cedidos a Associações de Proteção Animal
- viii. Número animais esterilizados (espécie, sexo, idade).
- ix. Número de outras cirurgias realizadas (espécie, tipo de cirurgia)
- x. Descritivo da gestão do canil, nomeadamente quantidades de alimento adquirido, número de tratamentos efetuados.

### • **RECURSOS HUMANOS/PESSOAL**

k) Criar uma bolsa de voluntários e aceitar estagiários para o bom funcionamento das instalações do CR-VG e Abrigo da Fundoa.

l) Permitir e colaborar na execução quaisquer atividades ou obras, por parte da entidade adjudicante, no CR-VG e no Abrigo da Fundoa.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- m) Assegurar as despesas relativas a alojamento, alimentação e tratamentos veterinários a todos os animais acolhidos/alojados no Canil e no Abrigo.
- n) Assegurar as esterilizações dos animais adotados no Canil e no Abrigo.
- o) Assegurar periodicamente, conforme orientação do médico veterinário do município, as desparasitações externas e internas a todos os canídeos/felídeos alojados no CR-VG e no Abrigo da Fundoa.
- p) Assegurar, sem custo adicional para a CMF, o bom funcionamento do CR-VG e do Abrigo da Fundoa, assumindo os encargos com um quadro mínimo de funcionários que inclua:
  - I. Um (1) médico(a) veterinário(a) e um ou mais protocolos com Centros de Atendimento Médico-Veterinários do concelho do Funchal.
  - II. Quatro trabalhadores/tratadores.

### • **CLINICA VETERINÁRIA**

- q) Assegurar o tratamento/encaminhamento de todos os canídeos/felídeos provenientes do Município do Funchal, cujas entregas de animais feridos ou doentes poderão ocorrer em qualquer dia da semana (2ª a domingo) a qualquer hora do dia (24h).
- r) Realizar eutanásias aos animais não adotáveis quando se demonstre ser a única via indispensável para eliminar a dor e sofrimento irreparável do animal, sempre antecedido de parecer escrito do(a) médico(a) veterinário(a), assim como o cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis.

### • **INCINERADORA**

- s) Assegurar os recursos humanos necessários para o bom funcionamento da incineradora existente nas instalações do CR-VG.



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- t) Indicar um responsável pela laboração correta da incineradora, sendo que as receitas obtidas, por meio de taxas, reverterem integralmente para a CMF.

### **Anexo Técnico II**

#### **POPULAÇÃO E ÁREAS AFETAS AO CENTRO DE RECOLHA VASCO GIL E ABRIGO DA FUNDOA**

Está previsto no Centro de Recolha e no Abrigo da Fundoa o alojamento de uma média de 330 cães e 100 gatos tendo como instalações de apoio:

##### **Abrigo da Fundoa** (50 cães e 20 gatos)

- 8 jaulas com cerca de 80 m<sup>2</sup> com 3 divisórias fixas em cada uma delas.
- Contentor de apoio com casa-de-banho e duche, balneário com cacifes e mesa de escritório com cadeira.

##### **Centro de Recolha Vasco Gil** (260 cães e 80 gatos)

- 119 jaulas distribuídas em três plataformas, sendo uma das plataformas completamente cobertas (15 jaulas).
- Área coberta com jaulas divididas
- Plataforma de circuito fechado para atividades ao ar livre para cães
- Isolamento com 2 jaulas
- Enfermaria
- Sala de ocisão
- Antecâmara de cremação com arcas congeladoras
- Sala de cremação



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- Recepção
- Gabinete veterinário
- Zona de lavagem de animais
- Sala de higienização (para lavagem material)
- Vestiário
- Refeitório
- Instalações sanitárias
- Armazém/aprovisionamento
- Arrumos
- Casa das máquinas
- Lavandaria

### **Anexo Técnico III**

#### **I. Peças desenhadas das Instalações do Centro de Recolha do Vasco Gil**

Desenho nº. 00 – Planta Geral de Cobertura

Desenho nº. 01 - Planta Geral de Implantação

Desenho nº. 02 - Planta das Instalações de Apoio

Desenho nº. 03 - Alçados das Instalações de Apoio

#### **II. Peças desenhadas das Instalações do Abrigo da Fundoa**

Desenho n.º 00 – Planta de Implantação



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Desenho n.º 01 – Levantamento Topográfico

Desenho n.º 02 – Desenho Pormenor dos Canis